



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Ata da 115ª reunião, realizada em 4 de maio de 2018

1 Em 4 de maio de 2018, reuniu-se extraordinariamente o Plenário do Conselho
2 Estadual de Recursos Hídricos (CERH), na sede da Secretaria de Estado de
3 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte,
4 Minas Gerais. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o
5 presidente Anderson Silva de Aguiar, representantes da SEMAD.
6 Representantes do poder público estadual: André Port Artur de Paiva Torres, da
7 Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Enio Resende de
8 Souza, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
9 (Seapa); Daniel Rennó Tenenwurcel, da Secretaria de Estado de
10 Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes);
11 Elbert Figueira Araújo Santos, da Agência Reguladora de Serviços de
12 Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais
13 (Arsae); Marcela Lencine Ferraz, da Secretaria de Estado de Saúde (SES);
14 Hélcio de Miranda Baptista, da Secretaria de Estado de Turismo (Setur); Ivonice
15 Maria da Rocha, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Bérqson Cardoso
16 Guimarães, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG).
17 Representantes do poder público municipal: Eduardo Machado de Faria Tavares,
18 da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; Eric Alves Machado, da Prefeitura
19 Municipal de Contagem; Jaqueline Flaviana de Santana, da Prefeitura Municipal
20 de Betim (representantes dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio São
21 Francisco); Max Miller Fernandes da Silva, da Prefeitura Municipal de São João
22 do Manteninha (representante dos municípios da Bacia Hidrográfica do Leste);
23 Isabella Figueiredo Lopes da Silva, da Prefeitura Municipal de Ipatinga
24 (representantes dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Doce); Agostinho
25 Nardy Riolino, da Prefeitura Municipal de Lima Duarte (representante dos
26 municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul); Gabriel Augusto
27 Campos, da Prefeitura Municipal de Itapeva (representante dos municípios da
28 Bacia Hidrográfica dos Rios Grande, Piracicaba e Jaguari). Representantes dos
29 usuários de recursos hídricos: Igor Luna, da Companhia de Saneamento
30 Municipal de Juiz de Fora (Cesama); Renato Junio Constâncio, da Companhia
31 Energética de Minas Gerais (Cemig); Nelson Cunha Guimarães, da Companhia
32 de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Guilherme da Silva Oliveira, da
33 Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg);
34 Odorico Pereira de Araújo, da Federação das Indústrias do Estado de Minas
35 Gerais (Fiemg); Irary Maria de Lourdes Braga, do Instituto Brasileiro de
36 Mineração (Ibram); Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho, da Associação
37 Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel); Jadir Silva Oliveira, do

38 Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Minas Gerais (Siamig); Leonardo
39 Romano, da Associação Mineira dos Criadores de Tilápia (Minas Tilápia);
40 Leonardo Guimarães Ribeiro, do Instituto Aço Brasil (IABr). Representantes de
41 associações legalmente constituídas no Estado para proteção, conservação e
42 melhoria do meio ambiente: José Angelo Paganini, da Fundação Relictos de
43 Apoio ao Parque Estadual do Rio Doce; Carlos Eduardo Silva, da Associação de
44 Proteção Ambiental de Unaí (APA); Tobias Tiago Pinto Vieira, do Movimento
45 Verde de Paracatu (Mover). Representantes de associações civis com efetiva
46 atuação em recursos hídricos: Valter Vilela Cunha e José Nelson de Almeida
47 Machado, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes);
48 Rayssa Cordeiro Figueiredo, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
49 (Crea); Cintia Ribeiro de Freitas, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);
50 Décio Antônio Chaves Beato, da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas
51 (Abas). Representantes de universidades, instituições de ensino ou centros de
52 pesquisa sediados no Estado e com atuação nas áreas de ensino e pesquisa em
53 recursos hídricos ou educação ambiental: Sylvio Luiz Andreozzi, da Universidade
54 Federal de Uberlândia (UFU); Edson de Oliveira Vieira, do Instituto de Ciências
55 Agrárias (ICA) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Francienne
56 Góis Oliveira, da Universidade de Uberaba (Uniube). **Assuntos em pauta. 1)**
57 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2)**
58 **ABERTURA.** O presidente Anderson Silva de Aguiar declarou aberta a 115ª
59 reunião do Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e informou sobre
60 a publicação, na data de ontem, do edital do CERH para o mandato 2018/2021.
61 Em seguida, passou a palavra para a assessora dos Órgãos Colegiados, Vânia
62 Mara de Souza Sarmiento, que apresentou todas as informações sobre o
63 processo eletivo, destacando que conta agora com o cadastramento on-line das
64 instituições interessadas. A assessora colocou, ainda, toda a sua equipe à
65 disposição para esclarecimentos de dúvidas e solicitou apoio aos conselheiros na
66 divulgação do processo. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.**
67 Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Primeiramente, eu gostaria de dizer,
68 novamente, que eu fico muito lisonjeado em participar em toda vez que eu venho,
69 por saber da importância deste Conselho. Aproveitando que hoje tem esta
70 reunião, eu recebi um e-mail do CBH Paranaíba, que enviou um ofício à
71 Secretaria Estadual de Meio Ambiente solicitando para o Conselho fazer uma
72 moção de apoio a uma solicitação que o Comitê do Paranaíba fez à Agência
73 Nacional de Águas. Como o Movimento Verde de Paracatu também é conselheiro
74 e parceiro do CBH Paranaíba, eu queria solicitar à Secretaria Estadual de Meio
75 Ambiente para dar uma atenção a esse ofício ou para a moção, e que, se for
76 possível, se for por concordância dos demais conselheiros, nós até possamos ler
77 a minuta que eu tenho da moção e colocarmos em votação se o Conselho já
78 pode dar essa moção apoiando o Comitê do Paranaíba para fazer com que a
79 ANA repasse os valores que devem ser repassados para o Comitê. Uma vez que
80 hoje o orçamento previsto é de R\$ 2,3 milhões, e chega ao caixa na casa de R\$

81 750 mil. Então, existe um déficit muito grande exatamente por a Agência Nacional
82 não fazer o repasse que já é previsto por lei. É aquela história que nós já ouvimos
83 em outros casos. Então, eu gostaria de solicitar ao Conselho para colocar em
84 votação se podemos fazer essa minuta ou não.” Conselheiro Décio Antônio
85 Chaves Beato: “Eu queria comunicar aos conselheiros que eu estou
86 representando a Abas, assumindo o lugar do colega Fernando Marinho. Eu sou
87 hidrogeólogo do Serviço Geológico no Brasil e me sinto bastante honrado de
88 participar deste Conselho. Eu já participei do COPAM, da CTIG, e me sinto
89 bastante honrado de participar deste Conselho e, dentro do possível, poder
90 contribuir com os trabalhos de vocês e de nós todos.” Conselheiro José Angelo
91 Paganini: “Nós todos já sabemos que a Bacia do Rio Doce é composta por 11
92 Comitês de Bacia. Sendo federal, são 11 Comitês mineiros e cinco do Espírito
93 Santo. O esforço que a Bacia fez durante esse período para construir um sistema
94 de gestão integrada está ameaçado por inúmeros problemas existentes, que eu
95 vou relatar a seguir. Dois deles merecem uma atenção especial e providências
96 deste Conselho. O primeiro seria a impossibilidade da Agência de Bacia de
97 executar os serviços priorizados pelos Comitês. Isso se deve a alguns fatores.
98 Primeiro, todos nós sabemos, é o contingenciamento de recursos que está sendo
99 efetuado pelo Estado. Isso gera uma falta de segurança para contratação dos
100 projetos que foram priorizados pelos Comitês. É impossível assinar um contrato,
101 fazer uma alocação de recursos sendo que não tem a garantia de que esse
102 recurso vai chegar. Então, isso está paralisando os projetos e ações que estão
103 em curso nos Comitês de Bacia. Esse contingenciamento também está levando a
104 entidade equiparada a desmobilizar a equipe que foi montada para dar suporte a
105 esses Comitês. O segundo ponto seria a desigualdade que existe hoje entre os
106 Comitês mineiros e os capixabas. Isso pela ausência de cobrança no uso da
107 água no Estado do Espírito Santo. O Comitê federal cobra pelo uso, os Comitês
108 mineiros cobram pelo uso, e os Comitês capixabas não. Mas de acordo com o
109 Pacto das Águas, que foi assinado pelo governo de Minas, pelo governo do
110 Espírito Santo e pelo governo federal, a Agência de águas atende todos esses
111 Comitês de uma maneira igualitária. Isso vem trazendo alguns problemas,
112 inclusive, na aplicação de recursos. O Comitê que mais arrecada na Bacia, que é
113 o do Piracicaba, é o que menos tem recursos aplicados. E a Agência atende de
114 forma igualitária. O tempo que ela dispensa a um Comitê capixaba, que não paga
115 nada, é o mesmo tempo que ela dispensa ao Comitê do Piracicaba. Isso está
116 trazendo inúmeros problemas na Bacia. Por outro lado, os Comitês capixabas
117 têm uma ajuda do governo do Estado. Todos os Comitês capixabas têm carro
118 zero à disposição, dinheiro para colocar combustível nesses carros, telefone etc.
119 O Comitê do Piracicaba, que é o que mais arrecada, não tem um computador,
120 não tem uma impressora, não tem uma secretária para ficar na sede do Comitê.
121 Outra coisa é a relação entre contribuição e benefício. Isso precisa ser
122 equacionado, urgentemente. Tratar isso de forma igualitária é o ideal, mesmo que
123 todos sejam bem atendidos. Agora, penalizar o local de onde vem a maior

124 quantidade de recursos ou os Comitês que têm maior contribuição e que têm
125 recursos para serem aplicados é complicado. Então, solicitamos que este
126 Conselho pense sobre esses dois assuntos, pelo menos, e ajude a talvez uma
127 nova pactuação com os governos de Minas e do Espírito Santo e o governo
128 federal reavivando esse Pacto das Águas para que encontremos uma maneira
129 mais conveniente, mais adequada para a gestão integrada de recursos hídricos
130 na Bacia do Rio Doce.” Presidente Anderson Silva de Aguiar: “Toda
131 manifestação do conselheiro é gravada, nós fazemos uma ata sucinta, e essa ata
132 é examinada pela equipe do IGAM, que é o instituto responsável pela gestão dos
133 recursos hídricos em Minas, e são tomados encaminhamentos. Acontece que
134 trazemos ao Conselho quando o encaminhamento já está avançado. Ainda
135 assim, o senhor colocou algumas outras situações, e eu vou pedir ao Danilo, que
136 é o diretor de Apoio ao Sistema Estadual de Recursos Hídricos, para fazer uma
137 manifestação. Ainda não é algo finalizado, mas já é algo que traz uma informação
138 acerca do que o senhor está colocando.” Danilo Cezar Torres Chaves/IGAM:
139 “Essa batalha do repasse dos recursos está sendo uma batalha constante nossa,
140 e conseguimos, nesse último mês, quase liquidar os 7,5% até 2017. Então, estão
141 faltando poucos repasses para terminar. Faltam R\$ 532 mil, e nós repassamos
142 quase R\$ 2 milhões neste ano, no custeio. E estamos na luta agora dos 92%.
143 Nós conseguimos uma vitória, tem 15 dias, que foi tirar do contingenciamento
144 orçamentário. Então, o repasse de recursos que estava 100% contingenciado
145 saiu. Agora nós temos que fazer a luta do financeiro, porque a batalha do
146 orçamentário nós já vencemos. O nosso secretário Germano e a nossa diretora
147 Marília estão empenhados nisso, o Fórum de Comitês de Bacia, nós estamos em
148 uma mobilização geral nessa luta de conseguir retirar esses recursos que estão
149 pendentes. Sobre apoio aos Comitês, para os Comitês que não têm cobrança nós
150 estamos retomando esse apoio. O nosso edital está praticamente pronto, e
151 devemos publicá-lo nos próximos dias. Então, estamos retomando esse apoio
152 também aos Comitês. Agora, outra questão que vamos começar a discutir, que
153 também tem a ver com essa sustentabilidade das Agências, é a recomposição do
154 valor do IPTU. É uma discussão que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos
155 já fez e que já está começando lá no Doce. Nós já tivemos umas duas reuniões lá
156 sobre isso, e a proposta é que comecemos a discutir na próxima reunião da
157 CTIG.” Conselheiro José Angelo Paganini: “Essa é outra situação complicada.
158 Nós estamos matando a galinha de ovos de ouro. Os Comitês que não têm
159 cobrança têm o apoio, como o senhor falou, de secretária, equipamentos,
160 mobiliários etc. E o Comitê que mais arrecada na Bacia do Doce não tem nada
161 disso. Então, nós vamos acabar matando a galinha de ovos de ouro, de onde
162 saem os recursos para a gestão da Bacia.” Danilo Cezar Torres Chaves/IGAM: “É
163 do Fundo de Recursos Hídricos, o Fhidro, e é expressamente vedado repassar
164 recursos de apoio aos Comitês que já têm cobrança. Eu não sei se é uma DN
165 que veda isso, mas talvez o Conselho corroborasse essa revisão.” **4) EXAME DA**
166 **ATA DA 114ª REUNIÃO DO CERH.** Aprovada por unanimidade a ata da 114ª

167 reunião do Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, realizada em 19
168 de abril de 2018, com a seguinte alteração: – No item 7), linhas 294 a 296,
169 registrar a decisão sobre o recurso contra indeferimento de renovação de outorga
170 subterrânea da seguinte forma: “Recurso indeferido nos termos do parecer da
171 Supram Norte, com abstenção do Ministério Público.” O conselheiro Odorico
172 Pereira de Araújo registrou solicitação para que as atas das reuniões possam ser
173 elaboradas de forma menos sucinta, contemplando as decisões dos processos
174 com maior detalhamento. **5) PROCESSO ADMINISTRATIVO DE OUTORGA DE**
175 **GRANDE PORTE PARA EXAME E DELIBERAÇÃO. 5.1) Cemig Geração e**
176 **Transmissão S/A. PCH Poço Fundo. Aproveitamento de potencial**
177 **hidrelétrico. Poço Fundo/MG. Processo de Outorga nº 005759/2010.**
178 **Apresentação: Supram Sul de Minas.** Outorga concedida por unanimidade nos
179 termos do Parecer Único, com abstenção da representação da Cemig. Debates
180 que antecederam a votação deste processo. Conselheiro Enio Resende de
181 Souza: “Eu fiquei só com uma dúvida sobre esse canal de adução. Ele passa por
182 propriedades que não são da Cemig, no caso, propriedades rurais ou alguma
183 coisa assim? Porque no desenho da apresentação que nos foi enviada fala que
184 as áreas adjacentes são de propriedade da Cemig naquele trecho de vazão
185 reduzida. Eu fiquei um pouco preocupado se esse canal de adução perpassa por
186 propriedades rurais e se tem aquiescência do proprietário, se está de acordo.”
187 Alexandre Duarte/Cemig: “Na verdade, esse circuito de geração, uma parte dele
188 é túnel, um circuito subterrâneo, e a parte restante é canal. Então, vai haver, sim,
189 passagem por terras de terceiros, que serão adquiridas no processo normal. Mas
190 mais da metade daquele circuito é túnel, então, a interferência é mínima.”
191 Conselheiro Bérqson Cardoso Guimarães: “Eu gostaria de pedir um
192 esclarecimento ao representante do IGAM, porque nós analisamos tanto o
193 licenciamento como as questões das outorgas, na minha avaliação, de uma
194 forma estanque, muitas vezes, sem aquele diagnóstico até da Bacia, um
195 diagnóstico maior a respeito da realidade hídrica local. E com a incidência de
196 muitos empreendimentos de PCH e CGH, mesmo nesse caso de licença
197 corretiva, eu gostaria de saber da questão da avaliação ambiental integrada por
198 parte do Estado. Eu sei que isso já foi inventado, a própria Cemig já andou
199 discutindo isso com o Estado, com outras instituições. Ou seja, dentro daquele
200 princípio de que nós não temos como avaliar mesmo uma questão de outorga ou
201 mesmo uma questão do licenciamento e, sim, do impacto de uma forma
202 estanque. Eu digo porque a minha área de atuação é justamente o Sul de Minas,
203 e nós temos lidado com empreendimentos de CGHs, por exemplo, que distam
204 apenas 500 metros uns dos outros e são analisados de uma forma separada, a
205 questão de outorga, questão de licenciamento, sem qualquer relação às vezes
206 com a Bacia ou com a realidade do curso da água e de seus tributários. Eu faço
207 essa colocação porque isso é uma questão de política pública que eu entendo
208 essencial até ao próprio desenvolvimento econômico e energético. Qual é a
209 posição sobre isso? Porque nós estamos votando, por exemplo, por parte da

avaliação ambiental estratégica ou integrada, dado que muitas vezes há um questionamento a respeito da conjunção desses dois conceitos.” Letícia Ribeiro Pacheco Lages/IGAM: “Eu participo também de reuniões das Câmaras que compõem o CERH, e tanto a mim quanto aos meus colegas sempre cai essa discussão sobre análise de outorga e a questão de licenciamento ambiental. O processo em análise, de outorga, foca essa questão de quantitativo e qualitativo da água. Então, o que várias vezes todos os representantes da Procuradoria do IGAM, como consultivos do CERH, já mencionamos que questões ambientais e fatores que não envolvam questão de disponibilidade hídrica serão tratados dentro do processo de licenciamento ambiental. Tanto que se pegar a Portaria 49 e até a Lei 13.199, que trata da gestão de recursos hídricos, questões de procedimentos de análise de outorga vão ser por parâmetros técnicos. Os conselheiros, em várias oportunidades, já levantaram esse questionamento, não só de questão ambiental, mas também socioeconômica e das populações envolvidas. O mencionamos é que existem os planos estaduais, mas o processo de outorga, para concessão, a análise é estritamente técnica quanto à disponibilidade hídrica e aferição se na região existe algum conflito hídrico. É focada nessa parte mesmo: questões técnicas.” **APRESENTAÇÕES. 6) PROJETO DE PROTEÇÃO DE NASCENTES E VEREDAS ATRAVÉS DO CERCAMENTO REALIZADO NO MUNICÍPIO DE PARACATU. Apresentação: Movimento Verde de Paracatu (Mover).** Tobias Tiago Pinto Vieira, do Movimento Verde de Paracatu (Mover), fez apresentação do projeto de proteção de nascentes e veredas através do cercamento realizado no município de Paracatu, pelo Mover e instituições parceiras. **7) BALANÇO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO CELEBRADO ENTRE AGB PEIXE VIVO E IGAM. Apresentação: AGB Peixe Vivo.** Célia Fróes, diretora geral da AGB Peixe Vivo, apresentou ao Plenário do CERH o balanço da execução do contrato de gestão celebrado entre a entidade e o Instituto Mineiro de Gestão das Águas. **Debates.** Conselheiro Edson de Oliveira Vieira: “Eu considero que o processo de gestão de águas no Brasil é como uma corrente formada por vários elos, e que essa corrente é tão forte quanto mais forte é o elo mais fraco. Infelizmente, o nosso elo mais fraco tem sido a questão dos recursos financeiros. Eu participei do Comitê do Verde Grande durante dez anos, e foi um custo, uma luta para adotar um modelo de cobrança, e, para implementar a cobrança, foi outra. Eu estou pegando o exemplo do Verde Grande porque é onde eu tenho mais conhecimento, mas talvez isso se reproduza em outras bacias. A cobrança levou dois ou três anos depois de termos adotado o modelo específico, e já vai começar defasada, apesar de que na porção mineira da Bacia ainda não vem sendo cobrado. É coisa que ainda vamos mobilizar com o pessoal do Comitê para ver se isso seja discutido aqui no âmbito do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Mas é triste ver um recurso que é dificilmente implementado nas Bacias, muito discutido e que vem sendo contingenciado. Isso deixa um sistema muito frágil. Não conseguimos implementar as ações sem recurso. E eu acho que é um

253 bom momento para desabafar, sim, porque o Conselho tem um compromisso
254 muito grande nesse sentido. Estamos falando junto ao Estado para fazer com que
255 esse recurso chegue aonde deve chegar.” Conselheiro Odorico Pereira de
256 Araújo: “Eu gostaria de pedir licença e falar como presidente do conselho de
257 administração da AGB Peixe Vivo. Nós ficamos em certo conforto porque a nossa
258 equipe da nossa diretoria é muito competente. São quatro pessoas muito
259 competentes para exercer a função e atender à demanda dos Comitês de Bacias
260 que são parceiros, e, principalmente, dos órgãos gestores. A grande dificuldade
261 que nós tínhamos, que hoje eu acho que podemos considerar que já superamos
262 em grande parte, é o Comitê entender que nós somos um parceiro, que nós
263 fazemos parte de um conjunto para a construção de um objetivo que é recuperar
264 aquela Bacia e assim por diante. Esse entendimento, para nós, era a grande
265 dificuldade que nós tínhamos. Nisso nós caminhamos muito no CBH Velhas e
266 temos uma dificuldade ainda de caminhar no São Francisco, e temos agora mais
267 duas Bacias, que são do Verde Grande e do Pará. Mas entendemos que hoje
268 está mais fácil do que há sete anos, quando nós éramos tidos como um ente em
269 forma de competição, e na realidade não tinha isso. Esse entendimento era muito
270 difícil para nós. E também quando chegamos à AGB Peixe Vivo, através do
271 conselho fiscal, nós víamos as aplicações dos recursos e tínhamos uma análise
272 bem crítica de que às vezes despendíamos muito recurso para um investimento.
273 Se olhar e fazer as contas, hoje nós estamos, em relação a cada projeto, na
274 média em torno de R\$ 1 milhão, e tínhamos projeto de R\$ 70 mil, R\$ 80 mil, R\$
275 100 mil. E hoje isso mudou. Então, isso vem trazer grandes benefícios, porque o
276 custo, geralmente, é o mesmo. E outra coisa também que conseguimos dentro
277 desses sete anos foi que os investimentos estejam voltados muito mais para
278 recuperação da Bacia. Então, isso vem trazendo retorno para a Bacia. Qual é o
279 nosso objetivo? É ter água com qualidade, e eu acho que o caminho que nós
280 traçamos foi esse, precisamos ter água e precisamos ter qualidade. Se temos
281 água e qualidade, continuamos tendo receita. Senão nós não vamos ter receita
282 também. Então, eu acho que esse dever de casa a Agência e o Comitê de Bacia
283 têm feito. Agora, o que nós precisamos é de um órgão gestor mais presente, um
284 órgão gestor mais atuante, e isso ele não tem feito e às vezes nos coloca em
285 situações mais complicadas. Então, Danilo, nós precisamos do órgão gestor mais
286 presente, principalmente, na liberação dos recursos contingenciados. Veja a
287 nossa situação: no ano que vem nós não temos mais recursos, e nós temos
288 muita coisa já, praticamente, empenhada. Então, isso é uma preocupação para
289 nós e nos traz uma insegurança muito grande. Eu costumo até brincar com a
290 Célia, ‘isso é coisa de doido, tocar um negócio sem saber o que vamos receber’.
291 Então, isso me preocupa, preocupa o conselho de administração, preocupa o
292 conselho fiscal, preocupa a diretoria. Então, eu acho que temos que agilizar essa
293 situação. Tem caminho, sim, nós somos parceiros e estamos aí para contribuir
294 também. Essa é a mensagem que eu queria deixar.” Conselheiro Nelson Cunha
295 Guimarães: “Com relação ao contingenciamento de recursos, eu não vou repetir.

296 Eu acho que é quase também uma unanimidade com relação a essa questão da
297 importância desse repasse de recursos para, realmente, viabilizar os
298 investimentos que precisam ser feitos para nós garantirmos a melhoria das
299 nossas bacias hidrográficas. É até redundante estar reforçando isso. Mas eu
300 queria fazer uma pergunta de uma curiosidade que você comentou e vou até
301 perguntar para o IGAM também, a respeito da questão da prestação de contas.
302 Você comentou que está sendo feita uma força-tarefa buscando a regularização
303 dessa situação. A minha pergunta é se existe uma perspectiva, uma previsão de
304 finalização disso, uma informação que possa até o Conselho ter disso, e a
305 Agência, obviamente, poder se planejar.” Danilo Cezar Torres Chaves/IGAM:
306 “Primeiro, Odorico, essa necessidade de estar mais próximo todos nós
307 constatamos, nós também entendemos essa necessidade. E eu acho que no
308 último período, principalmente, depois que o Germano e a Marília assumiram a
309 direção, isso tem acontecido. Nós estamos fazendo reuniões regulares com as
310 Bacias, fizemos com o Doce, com o São Francisco e vamos fazer agora neste
311 mês com o Paranaíba e o Grande. Eu acho que esse diálogo nós temos buscado.
312 Agora, é importante compreender, o IGAM hoje tem cerca de cem técnicos. Em
313 uma avaliação que eu faço, empírica, eu acredito que precisaríamos de uns 400
314 para dar conta do tamanho do nosso Estado e da demanda de trabalho que nós
315 temos. Então, eu acho que é importante compreender um pouco essa limitação
316 que nós temos. Sobre as prestações de contas, Nelson, foi publicada no início de
317 fevereiro essa força-tarefa, composta pelo IGAM e pela SEMAD. Nós temos um
318 passivo enorme de prestações de contas. Essa força-tarefa tem um período
319 estabelecido de 180 dias, podendo ser prorrogados por mais 180 dias. Em uma
320 avaliação inicial que fizemos, pelo volume de trabalho, nós vamos ter que
321 prorrogar por esses mais seis meses. Porque já temos alguns resultados de
322 fevereiro até agora. Mas acreditamos que até o final de 2018 conseguimos
323 regularizar esse passivo. Essa é a ordem que nós temos lá, de conseguir finalizar
324 esse passivo. Eu acho que vai ser um grande passo se conseguirmos. Nós temos
325 oito pessoas dedicadas, exclusivamente, a esse trabalho dentro do IGAM e da
326 SEMAD, então, estamos fazendo todo o possível. É um passivo, atrasado, é ruim,
327 é difícil, é terrível, mas antes tratar agora do que tratar mais para frente. Então,
328 eu sou um pouco otimista quanto a isso.” Presidente Anderson Silva de Aguiar:
329 “Só reforçando, há um empenho muito grande de todo o corpo de dirigentes em
330 zerar todos os passivos do Sisema. Nós vemos alguns números sendo
331 publicados, principalmente, ligados ao processo de licenciamento, que é o que
332 aparece mais, mas temos outras ações também para reduzir o passivo, como as
333 prestações de contas, autos de infração, dentre outras. Então, essa é mais uma
334 das estratégias.” Conselheiro Enio Resende de Souza: “Enio, representante da
335 Seapa, e aqui eu falo também como membro do Comitê da Bacia do Rio das
336 Velhas, que temos aqui vários conselheiros também, o Renato, o próprio Nelson,
337 Odorico, Valter Vilela, uma série de companheiros aqui. Mas, de qualquer
338 maneira, primeiramente, eu queria cumprimentar a Célia. Parabéns, em nome do

339 Comitê e como conselheiro aqui, eu acho que tudo que você trouxe aqui hoje é
340 um testemunho fidedigno da verdade. Eu acompanho o Comitê há 20 anos.
341 Neste ano, nós estamos fazendo 20 anos, eu e o Valter somos da criação do
342 Comitê. Você apresentou um quadro muito real, muito pertinente, eu assino
343 embaixo. Eu queria também aproveitar que você trouxe questões que são muito
344 pertinentes para um Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Eu acho que nós
345 todos, como conselheiros, temos que estar atentos, porque são questões que,
346 como você bem frisou, pertencem ao Sistema Estadual de Recursos Hídricos, e o
347 Conselho também é um desses instrumentos, uma ferramenta do Sistema. Eu
348 colocaria para a nossa Presidência e para o IGAM uma questão assim: como
349 poderíamos pautar isso, senhor presidente, em futuras reuniões? É claro que
350 aqui a nossa missão precípua é analisar processos, deliberar sobre processos,
351 mas, assim como as Câmaras Técnicas, nós temos também que discutir políticas.
352 Então, eu entendo que essa pauta das reuniões deve ser permeada por questões
353 como essas que foram colocadas aqui pela Agência. São coisas que nos trazem
354 muita insegurança, como logo no começo o conselheiro do Rio Doce comentou.
355 Nós ficamos muito inseguros. Eu falo aqui como membro de Comitê. Essa
356 insegurança com relação a recurso, com relação a investimento, uma série de
357 situações que torna frágil o processo. Então, nós precisamos melhorar esse
358 sistema. São questões que eu acho que nós deveríamos nos debruçar sobre –
359 nós, membros do Conselho –, e fazermos uma força-tarefa. E acho que a sua
360 apresentação, Célia, fechou com chave de ouro no sentido de que, na última
361 reunião, foi feita aqui uma moção trazida pelo Fórum Estadual de Comitês. O
362 Conselho, então, aprovou essa moção. E você mostrou muito claramente o que é
363 isso, o que está trazendo de prejuízo e, por outro lado, que com o dinheiro da
364 cobrança tem sido feito um trabalho brilhante, um trabalho sensacional. Então,
365 parabéns para você.” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Eu queria,
366 primeiramente, parabenizar a AGB Peixe Vivo pelo trabalho que tem feito. Tem
367 um conterrâneo nosso trabalhando lá, o Thiago, um grande amigo nosso. E quero
368 compartilhar com os colegas que, em Paracatu, nós acompanhamos um trabalho,
369 gerido pela AGB Peixe Vivo, que gastou mais ou menos R\$ 440 mil, R\$ 450 mil,
370 fazendo construção de barraginhas, cercando nascentes, curvas de nível e
371 adequação de estrada rural, que é um grande problema nosso lá. Eu venho
372 enfatizar isso para darmos valor à estrutura que eles têm, que têm feito com
373 eficácia. Eles têm dado um suporte muito bom, inclusive, fiscalizando as
374 empresas contratadas. É um trabalho muito bem-feito. As empresas são
375 contratadas com a participação dos engenheiros, que são obrigados a participar
376 segundo edital, que exige isso bastante. Eles são incisivos nisso. É uma coisa
377 que é muito importante e dá valor, dá respaldo ao trabalho que é feito. Eu acho
378 que isso nós temos que valorizar, que a AGB faz com grande competência.
379 Parabéns, e que assim continue.” Presidente Anderson Silva de Aguiar: “Só
380 lembrando que nós temos hoje na pauta apresentação dos balanços, e depois o
381 IGAM vai trazer também a avaliação institucional. Se algumas colocações estão

382 sendo feitas aqui pelos conselheiros, nós tentamos encontrar um espaço na
383 próxima reunião, quando da apresentação dessa avaliação, para trazer algum
384 tipo de resposta.” Conselheira Irary Maria de Lourdes Braga: “Em primeiro lugar,
385 eu queria parabenizar a Celinha pelo trabalho brilhante desses anos. Nós temos
386 acompanhado a dedicação e o afinho de você e da equipe toda. A minha
387 pergunta é que fica um peso como conselheira. De algumas eu já tive a resposta,
388 que foi, primeiro, com relação à prestação de contas, como rever isso. E vocês já
389 responderam que tem uma força-tarefa do Estado já empenhada nesse sentido.
390 Agora, como conselheira, outro ponto que incomoda é o contingenciamento. E aí,
391 como é que fica, o que este Conselho pode fazer para ajudar a reverter essa
392 situação? Eu não sei, eu estou perguntando. Da forma como está, ninguém aqui
393 concorda, eu tenho certeza disso. E ninguém faz nada? Como assim? Então, eu
394 queria saber o que pode ser feito. E a terceira e última é com relação ao trabalho
395 que vocês fazem de acompanhamento e de fiscalização daquelas pessoas
396 vencedoras dos projetos. É importantíssimo, neste país em que vivemos, saber o
397 que foi gasto, como foi gasto e que resultado deu. Então, dar os parabéns por
398 essa preocupação, por esse olhar de acompanhamento, e deixar aqui a pergunta
399 de como rever o contingenciamento.” Presidente Anderson Silva de Aguiar: “O
400 contingenciamento é um assunto em pauta não só neste Conselho, mas em
401 outras instâncias também. Já é de conhecimento de todo mundo que o Estado
402 passa por uma situação financeira complicada e que tenta colocar as contas
403 públicas em ordem. Algumas ações estão sendo realizadas, mas, até que se
404 encontre o ponto ótimo, até que se chegue àquela curva de equilíbrio, as ações
405 estão sendo mais do ponto de vista emergencial. Como eu falei, nós temos uma
406 avaliação institucional a ser feita dos balanços aqui apresentados. Eu vou pedir
407 que seja feito o registro de todas as falas dos conselheiros no tocante ao
408 contingenciamento para fortalecer que todos fizeram essa fala, e nós trazermos
409 na avaliação institucional uma resposta.” Conselheiro Carlos Eduardo Silva: “Eu
410 faço parte também de um colegiado nacional de comitês, e em uma oportunidade
411 em Florianópolis o promotor do Rio de Janeiro fez uma apresentação para nós
412 sobre como ele conseguiu tirar do caixa único do governo esses repasses.
413 Inclusive, o Polignano fez um convite, na última reunião do Fórum Mineiro, para
414 que ele viesse fazer essa apresentação para nós. E nós estivemos com ele
415 também no Fórum Mundial das Águas, em Brasília. Nós podemos tentar, se
416 permitirem, tentar trazer esse promotor aqui para fazer essa apresentação para
417 nós. Eu acho muito importante porque eles conseguiram lá. Inclusive, nós
418 pedimos que ele entrasse em contato com o Dr. Leonardo Maia, que é o promotor
419 da Bacia do Doce. Ele já entrou com processo, e foi arquivado. Se vocês
420 permitirem, eu poderia até tentar.” Presidente Anderson Silva de Aguiar: “Eu
421 acho que nós podemos conversar isso no âmbito da secretaria executiva, na hora
422 da definição de pauta, e se houver espaço nós tentamos adequar. Assim, eu
423 peço que encaminhe um e-mail para a Vânia, da Assessoria dos Órgãos
424 Colegiados, e nós vamos estabelecendo as tratativas.” **8) BALANÇO DA**

425 **EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO CELEBRADO ENTRE ABHA E**
 426 **IGAM. Apresentação: ABHA E IGAM.** Sérgio Gustavo Rezende Leal, da Abha,
 427 apresentou ao Plenário do CERH o balanço da execução do contrato de gestão
 428 celebrado entre a entidade e o Instituto Mineiro de Gestão das Águas. **Debates.**
 429 Conselheiro Odorico Pereira de Araújo: “O que me chama muita atenção, eu até
 430 estava fazendo uma analogia do valor arrecadado, perfazendo 100%, e quando
 431 divide, 92,5%, 7,5%, se faz a seguinte analogia. Os 7,5% são para fazer gestão
 432 para aplicar os 92,5%. Se não se aplicam os 92,5%, se perdem naquele período
 433 os 7,5%. Aí, como fazer para gastar os 92,5%? É essa provocação que eu quero
 434 fazer. Quando o Estado faz o contingenciamento dos 92,5% e dos 7,5% e depois
 435 repassa os 7,5%, mas continuam contingenciados os 92,5%, essa conta lá na
 436 frente vai ter problema, porque não tem mais como fazer gestão para gastar os
 437 92,5%. Estão se perdendo os 7,5%, eles se perdem na gestão. Então, isso é um
 438 fator que preocupa. E preocupa muito mais quando se vão repassar os 92,5%,
 439 que estão atrasados desde 2016. E a atualização desse valor? Queira ou não
 440 queira, está tendo inflação, e a situação hoje vamos pensar em 10%. Já estamos
 441 perdendo 10% do valor que está contingenciado. Nós temos que começar a
 442 colocar essas coisas porque isso vai refletir. Eu converso muito com o Sérgio, ele
 443 tem R\$ 30 milhões, mas R\$ 30 milhões dos 92,5%; os 7,5% já foram embora.
 444 Como ele vai fazer essa gestão? Então, temos que ser mais ágeis. Eu concordo
 445 com ele de que, se não tiver agilidade nesse processo de aplicação desse
 446 recurso, nós vamos estar sempre gastando os 7,5% e não vamos gastar os
 447 92,5%, nós vamos estar os acumulando. Isso nós temos que começar a pensar.
 448 Se não formos ágeis, nós vamos ter esse problema, vai continuar esse problema.
 449 Essa é a analogia que eu queria apresentar.” Conselheiro Hélcio de Miranda
 450 Baptista: “Parabenizar a apresentação, muito esclarecedora, e ficaram duas
 451 dúvidas. Por exemplo, você nos falou a respeito da ETE que não deu resultado.
 452 Eu gostaria de saber quais foram as causas. Outra coisa, eu, como conselheiro,
 453 praticamente, novo aqui, na segunda reunião, gostaria de saber sobre a divisão
 454 de recursos. Você falou da extremidade da ponta e da questão da administração.
 455 Eu, como engenheiro e mais técnico do que qualquer outra coisa, sei que usamos
 456 na gestão de projetos, seja no Dnit ou na Vale mesmo, o LDI ou o BDI, que
 457 seriam uma definição exata e clara, até pelo Tribunal de Contas, que fazem
 458 aquela discriminação toda. Vocês estão usando isso, é similar, é diferente? Qual
 459 seria a diferença? Eu gostaria de fazer esses dois questionamentos.” Sérgio
 460 Gustavo Rezende Leal/Abha: “Primeiro, o questionamento sobre o projeto. O
 461 problema foi o seguinte. Nós fizemos o projeto para Indianópolis, em 2012.
 462 Quando fizemos o projeto, o município estava parceiro. ‘Vamos buscar fontes
 463 agora para construir o seu projeto’. Fomos à Funasa, pedimos, adequamos o
 464 projeto. Tudo o que a Funasa pediu foi feito. Chegou na hora h, não tinha dinheiro
 465 para todo mundo, e o município ficou de fora. E o município ficou muito revoltado,
 466 porque parece que, na época, eles eram partido de oposição ao governo e
 467 entenderam que isso foi uma questão política e não técnica. Hoje, o município

468 tem características diferentes. Enfim, não consegue construir o mesmo projeto e,
469 inclusive, mudou a forma de pensar. Queria um projeto convencional, e agora
470 quer um projeto de filtro e mediação, e o projeto foi abandonado. Enfim, foi um
471 dinheiro gasto que podia ter sido melhor gasto. Sobre a outra questão é o
472 seguinte. Você está falando que as empresas, quando vão estimar o gasto de
473 algum projeto, colocam tudo na conta, o cara que está trabalhando no projeto,
474 todos os custos envolvendo aquele projeto estão dentro do custo do projeto. Não
475 é isso?” Conselheiro Hércio de Miranda Baptista: “Exatamente. Por exemplo, o
476 custo administrativo no BDI, para obras em geral, construção civil, é feita uma
477 análise em separado o que é lucro, o que é gasto administrativo, incluindo
478 aluguéis, automóveis. E tem o gasto de ponta. Por exemplo, a equipe técnica,
479 maquinário, isso é de ponta.” Sérgio Gustavo Rezende Leal/Abha: “É isso que
480 nós queremos, não é isso hoje que a regulamentação fala. No caso de Minas,
481 nem tem regulamentação, na verdade, é parecer jurídico. Hoje, o parecer jurídico
482 do IGAM – eu vou falar mais ou menos porque eu não o tenho de cabeça aqui – é
483 mais ou menos o seguinte. Se é uma atividade rotineira da Agência, mesmo que
484 ela seja finalística, isso é custeio administrativo. Ou seja, um técnico,
485 independente de estar lá só por conta de um projeto, tem que ser pago com os
486 7,5%. Isso acaba travando muita coisa, porque um técnico é caro. Então,
487 imagine, R\$ 100 mil por ano, e eu tenho R\$ 500 mil, sobraram R\$ 400 mil. Ainda
488 temos que pagar todo o administrativo, aluguel, carro, diária, enfim, tem um
489 monte de outras despesas. Isso é um técnico. Então, acaba ficando inviável.”
490 Conselheiro Hércio de Miranda Baptista: “Então, essa é a minha proposta para
491 que nós, aqui do Concelho, votemos o que é regular em todas as outras
492 contratações, que seriam o BDI ou o LDI.” Danilo Cezar Torres Chaves/IGAM:
493 “Esse assunto de classificação de despesa nós estamos tratando no decreto. O
494 decreto está pronto. Nós tivemos nesta semana uma pequena dúvida. Em
495 conjunto com a área financeira do IGAM, estamos esclarecendo essa dúvida.
496 Mas o decreto pretende apaziguar isso, e eu acho que vamos conseguir. O
497 decreto está também na fase final já para ir para a Casa Civil, e entendemos que
498 neste ano deve ser publicado. Então, esse decreto normatiza todas as questões
499 de prestação de contas etc. Foi construído junto com as Agências, em parceria
500 com o IGAM e a SEMAD, e estamos com uma expectativa boa também em
501 relação a esse decreto.” Sérgio Gustavo Rezende Leal/Abha: “E o decreto
502 entende isso também, que área técnica é 92,5%.” Conselheiro Odorico Pereira de
503 Araújo: “O que me preocupa nisso é a questão do passivo que pode abrir ao não
504 ter, vamos dizer assim, a regulação. Eu acho que o Estado deveria ter um
505 pouquinho de parcimônia e tentar resolver isso de uma forma mais tranquila, que
506 não venha penalizar os Comitês. Nós, que acompanhamos a prestação de contas
507 da AGB e da Abha também, achamos que ninguém, vamos dizer assim, entrou
508 com o intuito de chegar lá e meter a mão, ninguém meteu a mão, às vezes, foi
509 por falta de orientação por parte da pessoa que estava analisando, que instruiu. E
510 aí chega uma pessoa nova, tem outro entendimento e acha que o que foi feito

511 estava tudo errado. Eu acho que nós temos que levar em consideração o que foi
512 feito lá atrás. É isso que eu peço.” Danilo Cezar Torres Chaves/IGAM: “Esse
513 passivo está sendo tratado pela força-tarefa, e nós temos nos esforçado para ter
514 um diálogo franco e aberto com as Agências. Nós tivemos uma reunião boa há
515 uns dez dias. Na próxima segunda-feira, nós teremos uma reunião com a AGB e
516 outra com o Ibio, também para ir tratando esses pontos específicos das
517 prestações de contas que estão agarrando. Não é com a AGB, é com a Abha,
518 não é? Segunda-feira, tem duas reuniões com as Agências para tratar de
519 prestação de contas de casos específicos. Do Ibio, é a questão dos planos
520 municipais, que também está pegando, vocês sabem disso, na prestação de
521 contas. Então, nós estamos com muita parcimônia, tratando caso a caso. Da
522 AGB, teve um caso emblemático, em Três Marias, no Comitê do SF4. Nós
523 conseguimos resolver. Então, estamos tratando ponto a ponto e combinamos,
524 inclusive, com o secretário Diogo, que, antes de emitir qualquer parecer das
525 prestações de contas, nós vamos chamar as Agências para esclarecer antes de
526 colocar na notificação todos os pontos. Eu acho que isso já é um grande avanço.”
527 Presidente Anderson Silva de Aguiar: “Só lembrar que, para o Estado, o Comitê
528 de Bacia é o elo mais forte na gestão de recursos hídricos.” **9) ASSUNTOS**
529 **GERAIS. Proposta de moção**. O conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira
530 apresentou proposta de moção do CBH Paranaíba a ser apreciada e aprovada
531 pelo Plenário do CERH, nos seguintes termos: “Moção em apoio ao pleito do
532 CBH Paranaíba, que solicita que a Agência Nacional de Águas inclua na sua
533 previsão orçamentária para os próximos cinco anos o repasse dos 7,5% referente
534 ao custeio administrativo da cobrança pelo uso de recurso hídrico arrecadados
535 por meio do 0,75% referente à compensação financeira pela utilização de
536 recursos hídricos arrecadados na Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba. O
537 Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais, considerando que a
538 Constituição Federal, em seu artigo 20, define como bens da União, entre outros,
539 os potenciais de energia hidráulica, e, em seu parágrafo 1º, assegura a
540 participação dos Estados, distritos, municípios e órgãos da administração direta
541 da União no resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de
542 energia elétrica ou a compensação financeira por essa exploração; considerando
543 que a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos foi instituída
544 pela Lei 9.648/98 e estabelece que 0,075% do valor da energia produzida serão
545 destinados ao Ministério do Meio Ambiente para aplicação na implementação da
546 Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento
547 de Recursos Hídricos nos termos do artigo 22 da Lei 9.433, de 8 de janeiro de
548 1997, e do disposto nessa lei; considerando que o Decreto Federal 7402, de 22
549 de dezembro de 2010, estabelece em seu artigo 1º que ‘constitui cobrança pelo
550 uso de recursos hídricos prevista no inciso IV do artigo 5º da Lei 9.433, de 8 de
551 janeiro 1997, e será destinado ao Ministério do Meio Ambiente para as despesas
552 que constituem obrigações legais referentes à Política Nacional de Recursos
553 Hídricos e ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

554 considerando a solicitação do CBH Paranaíba feita à Agência Nacional de Águas
555 por meio do Ofício 029/2018, datado de 27 de abril de 2018, em que solicita à
556 ANA que inclua na sua previsão orçamentária para os próximos cinco anos o
557 repasse dos 7,5% referentes ao procedimento administrativo da cobrança pelo
558 uso de recursos arrecadados por meio dos 0,075% referentes à compensação
559 financeira; considerando que o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba
560 tem como área de atuação a Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, que abrange
561 os Estado de Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Distrito Federal;
562 considerando o Edital Conjunto 01/2018, de seleção de entidade delegatária para
563 desempenhar funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio
564 Paracatu e da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari; resolve: aprovar moção dirigida
565 à Agência Nacional de Águas em apoio ao pleito feito pelo CBH Paranaíba, em
566 que solicita à ANA que inclua em sua previsão orçamentária para os próximos
567 cinco anos o repasse à entidade delegatária das funções de Agência de Água da
568 Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba dos 7,5% referentes ao custeio
569 administrativo da cobrança pelo uso de recursos hídricos por meio dos 0,075%
570 arrecadados na Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, além de todos os valores
571 arrecadados com a cobrança proveniente dos demais setores usuários de água.”
572 Houve consenso no sentido de que o conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira irá
573 refazer a redação da proposta de moção, com o apoio da Procuradoria do IGAM,
574 e apresentar para deliberação do Plenário, na próxima reunião, deixando mais
575 objetivo o pleito e com a possibilidade de se estender para os demais Comitês de
576 Bacias em Minas Gerais. **Infraestrutura do plenário**. O conselheiro Edson de
577 Oliveira Vieira registrou solicitação à SEMAD para a instalação de pontos de
578 energia e de wi-fi no novo auditório de reuniões do CERH. **10)**
579 **ENCERRAMENTO**. Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente
580 Anderson Silva de Aguiar agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a
581 sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Anderson Silva de Aguiar
Presidente do Plenário do CERH